



SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



Evento	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2016
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	A construção da Carreira Docente no Magistério Estadual do Rio Grande do Sul
Autor	ADRIANA FERREIRA MARTINS
Orientador	I JUCA PIRAMA CAMARGO GIL

A construção da Carreira Docente no Magistério Estadual do Rio Grande do Sul

Autora: Adriana Ferreira Martins

Orientador: Prof. Dr. Juca Gil

Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação – Faced/UFRGS

O presente trabalho está inserido na pesquisa “Observatório da Remuneração Docente no Rio Grande do Sul”, o qual está vinculado à investigação de âmbito nacional intitulada “Remuneração de professores de escolas públicas de educação básica no contexto do Fundeb e do PSPN”, aprovada pela CAPES através do Edital Observatório da Educação 2012. O Plano de Carreira do Magistério Estadual consta no Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul, Lei Ordinária 6.672/1974. Em virtude de condições socio-históricas da época, este documento não reúne todas as determinações referentes a carreira docente, para tanto é preciso ter em conta também o Estatuto do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul apresentado na Lei Complementar 10.098/1994 e uma série de outras legislações complementares. O Poder Legislativo Gaúcho disponibiliza através de seu *site* os principais documentos referentes ao magistério estadual, porém uma busca mais minuciosa no seu conteúdo nos mostrou que existe uma parcela de documentos que ainda necessitam ser localizados, possivelmente no acervo desta Instituição. O processo político-administrativo de tramitação do Projeto de Lei do Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do RS conforma um conjunto de documentos fundamentais para compreendermos a constituição da carreira docente na educação básica do nosso Estado, através, inclusive, das propostas de alterações sofridas pelo projeto original. A partir da sua análise pretende-se, evidenciar a correlação de forças predominante na naquele momento, avaliar a participação dos movimentos sociais neste processo, em particular, o Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS e compará-lo com a legislação vigente na atualidade sobre o assunto.